

# APLICAÇÃO CONCEITUAL DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NAS MOBILIZAÇÕES E LUTAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA ZONA COSTEIRA SUL DO RIO DE JANEIRO

Letícia Rodrigues Motta<sup>1</sup>

## Resumo

A temática da resistência e luta dos povos e comunidade tradicional torna-se de tamanha relevância devido ao fato de referirmo-nos aos povos originários que ao longo das últimas décadas vêm sendo exterminados numericamente e culturalmente. Cabe-nos refletir a real importância histórica, social, política e econômica que conseqüentemente extermina-se junto com eles. Ao apropriar-se de alguns conceitos básicos, a Geografia interfere direta e indiretamente dentro dessa temática. Portanto, o presente artigo busca realizar uma breve reflexão acerca da aplicação conceitual de território e territorialidade dentro do contexto das mobilizações dos povos e comunidades tradicionais. O recorte trata-se da Zona Costeira Sul do Estado do Rio de Janeiro, terras historicamente marcadas pela forte presença desses movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Território, Territorialidade, FCT.

## Introdução

Segundo dados do IBGE (2010), atualmente existem catalogados 305 etnias e 274 idiomas no território brasileiro. Dessa forma, o Brasil possui hoje centenas de etnias espalhadas por sua extensão territorial vivendo com modos culturalmente particulares. Resultado dessa diversidade étnica de povos é a heterogeneidade territorial brasileira. Recentemente esses povos étnicos – historicamente excluídos, ou incluídos de forma subordinada, aos projetos de desenvolvimento desigual do capital – através de suas articulações de luta, conquistaram na legislação brasileira a garantia de direitos, como é o caso do decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, que em seu Art 2º afirma ter como objetivo:

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, Decreto nº 6.040/ 2007).

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense, [leticiarodriguesmotta@gmail.com](mailto:leticiarodriguesmotta@gmail.com).

Atribuindo uma dimensão geográfica para a questão em pauta, e no intuito de contribuir com a efetivação dessas políticas em escala local, é pertinente considerarmos alguns conceitos geográficos e a partir deles refletirmos a respeito de suas respectivas aplicações na permanência e resistência dos territórios ocupados tradicionalmente. Dessa forma, como metodologia central da presente pesquisa, apresentar-se-á as noções básicas dos conceitos de território e territorialidade, os quais são centrais no objetivo da política mencionada acima, e ainda compreendendo que são estes os conceitos norteadores das relações e vivências cotidianas dos povos e comunidades tradicionais que ocupam suas respectivas terras.

Em seguida, será apresentada brevemente a relação entre os principais conceitos de território e territorialidade abordados e suas aplicações práticas na realidade dos povos e comunidades citadas. Por fim, será realizada sumamente a apresentação das articulações e mobilizações vividas por alguns dos povos e comunidades tradicionais da região costeira sul do Rio de Janeiro, que compõe o Fórum de Comunidades Tradicionais, FCT<sup>2</sup>. O FCT é composto por três municípios que englobam dois Estados brasileiros e devido a acessibilidade para realização da pesquisa, apenas dois municípios puderam ser alcançados, são eles: Angra dos Reis e Paraty, ambos pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro.

Destacamos ainda que é de extrema importância a abordagem do tema de povos e comunidades tradicionais e suas respectivas lutas e mobilizações no território brasileiro, uma vez que estes foram agentes fundamentais na formação histórica e espacial do país, mas que lamentavelmente são apagados ou submetidos a interpretações errôneas a respeito de sua participação na história. Referimo-nos a sujeitos sociais com tamanha riqueza histórica e cultural, contudo, ao mesmo tempo desvalorizados, explorados e excluídos na medida em que os interesses do capital passaram a comandar a dinâmica sócio-econômica do território brasileiro. Remetemo-nos a interesses do capital que desde a formação territorial brasileira já se fazia presente, uma vez que o Brasil emerge como colônia nesse contexto de exploração dos países europeus que passavam por sua fase de expansão do capitalismo.

---

<sup>2</sup> Fórum de Comunidades Tradicionais que abrange as localidades de Angra dos Reis (RJ), Paraty(RJ) e Ubatuba (SP). Atualmente um dos principais instrumentos de luta e articulação entre os povos e comunidades tradicionais da região costeira.

## **Abordagem Conceitual de Território.**

Grandes nomes da Geografia compreendem o território como um conceito complexo. Há décadas o território tem sido ponto de muitas discussões onde os autores buscam abordar não apenas o conceito em si, mas também as diferentes concepções que rodeiam todos os seus componentes.

Souza (2013), por exemplo, evidencia que, embora muitos autores e pesquisadores utilizem o conceito de território de forma genérica como se estivessem referindo-se a espaço geográfico, esse conceito é “fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2013, p.78). Citação, vale ressaltar, claramente inspirada pelo geógrafo Raffestin e que ele utiliza em outras obras dele. Posteriormente a sua abordagem, o autor esclarece que essa definição é de extrema importância, todavia, não é o suficiente para compreender a complexidade conceitual de território.

Segundo Souza (2013), o território não é um conceito que pode ser entendido de forma separada do conjunto de conceitos que o compõe. Ele cita o conceito de poder como fundamental para entender o território e da mesma maneira, o conceito de poder é submetido de forma indevida a generalização quando é associado diretamente com violência e força bruta. O autor defende que poder e violência/força não estão necessariamente ligados, e para essa defesa ele remete as ideias da filósofa Hanna Arendt que enfatiza a força como uma qualidade individual do homem e o poder como um “potencial de poder” (Souza, 2013, p.79), ou seja, também interpretado como uma habilidade coletiva humana. Dessa forma, o poder é legítimo e não obrigatoriamente repressor e violento.

Retomando o conceito de território, Souza (2013) entende tal conceito como a relação entre o poder e o espaço no qual esse poder é exercido. Segundo suas palavras “Não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis” (Souza, 2013, p.87). E além dessa demarcação espacial perceptível, Souza (2013) evidencia o território, sobretudo como um “instrumento de exercício de poder” (Souza, 2013, p.89), ou seja, os sujeitos subordinados e dominantes e a forma como esse espaço é dominado são essencialmente relevantes na concepção de um território. Ele compreende, ainda, que

qualquer sociedade estará submetida a influências, a alguma forma de poder ou de governo (que não fundamentalmente será um governo estatal).

Trazemos ainda, a concepção de Saquet (2007), que evidencia o território expresso como “natureza e sociedade; economia; política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação (...) diversidade e unidade” (Saquet, 2007, p.24). Em outras palavras, Saquet (2007) busca mostrar a complexidade das interações as quais os sujeitos sociais vivenciam no processo de territorialização. Segundo sua concepção, tais complexidades se dão dentro de uma perspectiva multitemporal que envolvem movimentos e relações contínuas e descontínuas, ou seja, movimentos e relações que fixam-se e/ou interrompem-se no espaço. Além de multitemporal, o processo de territorialização, para este autor, é ainda multiescalar e multidimensional, o que evidencia ainda mais tamanha complexidade do território e das relações que lá ocorrem.

Podemos compreender na concepção de Saquet (2007), apresentada acima, que o autor entende o território como um elemento construído por determinados sujeitos em diferentes temporalidades. Segundo suas palavras, “*a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional*” (Saquet, 2007, p.83). Ele traz, ainda, uma definição interessante e aplicável para a presente pesquisa: o território é o “*resultado das territorialidades efetivadas pelos homens*” (Saquet, 2007, p.79). Compreendendo que a territorialidade associa-se diretamente com as relações que constroem o território, compreenderemos tal definição, abordando posteriormente o conceito de territorialidade.

Em outra análise, Becker (2009) cita Raffestin (1980) para tratar de território. O autor citado entende tal conceito como um “espaço da prática”, ou seja, como resultado da(s) prática(s) espaciais. Ainda segundo Raffestin (1980, p.508), o território “inclui apropriação de um espaço, implica noção de limite [...] manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. [...] É um produto usado, vivido pelos atores.

E é essa conceituação que mais nos ajuda a refletir sobre os conflitos, as formas de vida e a resistência dos povos tradicionais da Zona Costeira Sul do Rio de Janeiro, pois referimo-nos as relações de poder internas e externas a seus territórios e espaços em disputa

pelo capital e pelos seus povos. São, ainda, relações de contra-poder que desafiam as imposições “desde cima”. Relações essas que para serem melhor compreendidas devem vir acompanhadas da noção de territorialidade.

### **Abordagem Conceitual de Territorialidade.**

A partir da noção conceitual de território apresentada acima, sendo este entendido como uma construção atemporal e dinâmica de cada povo, é possível a discussão acerca da territorialidade. Segundo Oliveira (1998) a territorialidade excede os limites espaciais físicos e a utilização dos recursos da terra, pois envolve ainda outras dimensões abstratas, como a espiritualidade e o próprio simbolismo dos lugares. Dessa forma, deve-se levar em conta não apenas as práticas culturais de determinado povo e/ou as demarcações de terra, mas ainda a forma como estes concebem e interagem com o meio ambiente a partir dessas práticas.

Saquet (2007) define a territorialidade como:

[...] um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas. [...] Essas relações dão identidade ao lugar, numa espécie de território patrimônio. (Saquet, 2007, p.115)

Podemos observar, portanto, que a territorialidade vai necessariamente envolver sujeitos sociais que mantêm alguma relação, dentro de uma escala de tempo e em determinado espaço. Relações que partem do individual de cada sujeito até o coletivo, que sejam relações recíprocas, interpretando as palavras de Saquet (2007) ao referir-se a tais relações que ocorrem no território como relações intersubjetivas .

Em uma perspectiva muito semelhante, identificamos a definição de Little (2002) que entende territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu território” (Little, 2002, p.3), concebendo novamente a territorialidade pautada por sujeitos e processos sociais que, a partir de uma relação mútua, constituirão o território..

Ainda sobre territorialidade, traz-se a discussão a definição de Becker (2009) que entende a territorialidade como um elemento “fundamentado na identidade” (Becker, 2009, p.509), e que pode também “repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial” (Becker, 2009, p.509). Através das palavras de Becker, é possível constatar que a territorialidade dá-se, dentre suas múltiplas interpretações/discussões, como um instrumento de luta, pois é também uma forma de resistência desses povos que apropriam-se dos seus respectivos territórios. A territorialidade concede a esses indivíduos perseverança na luta pelos seus territórios.

É a partir dessa conceituação que torna-se pertinente a reflexão acerca dos territórios tradicionalmente ocupados, como é o caso dos territórios envolvidos nas lutas mobilizadas pelo FCT. É válido avaliarmos de que maneira esses sujeitos sociais reconhecem e estabelecem suas respectivas identidades no seu meio, ou seja, é significativo avaliarmos de que forma eles exercem e afirmam sua territorialidade em seus territórios.

### **Aplicação de territorialidade na construção dos territórios tradicionalmente ocupados**

Hasbaert (2002), analisando e elucidando as obras de Guies Deleuze e Félix Guattari a respeito de (de-re) territorialização, traz algumas considerações relevantes acerca da territorialidade das sociedades pré-capitalistas, onde, dentro da presente análise, encaixam-se as comunidades e povos tradicionais. Segundo Hasbaert (2002), as sociedades pré-capitalistas se diferem das demais em sua territorialidade na medida em que estabelecem relações únicas com a terra.

Tais sociedades construíram seus territórios ocupados tradicionalmente principalmente através de dois elementos, sendo o primeiro suas relações propriamente ditas e o segundo, através das expressões, dos significados que essas relações possuem. Pode-se entender que tal construção deu-se a partir de elementos da materialidade, ou seja, elementos e relações concretas, reais dos quais esses povos puderam utilizar como recurso para construção do seu território, e ainda elementos abstratos que nada mais são do que a significação do real/materialidade para esses povos. A vinculação dos elementos apresentados não se deu de forma hierárquica, mas recíproca, um contribuindo e enriquecendo o outro.

Dessa forma, não existe dicotomia entre os elementos constituintes do território, pelo contrário, há uma interação intensa entre ambos, o que resulta na construção do território e na permanência desses atores sociais nos seus respectivos territórios. A construção do território a partir desses elementos proporciona a territorialidade que, por sua vez, reverbera a resistência para permanência desses povos. Segundo as palavras de Hasbaert (2002), no território, “Não há uma exterioridade, uma dicotomia entre os corpos sociais, técnicos, políticos, artísticos e os corpos da natureza” (Hasbaert, 2002, p.18).

Considerando essa concepção, das sociedades pré-capitalistas que resistem e se recriam em sociedade capitalista por meio dos seus territórios, organizadas hoje no Brasil com a identidade de povos e comunidades tradicionais, pode-se entender que esses povos, antes do processo de colonização das nossas terras, ocuparam determinados espaços sem qualquer interposição política/estatal, constituindo, pode-se assim entender, seus territórios e suas territorialidades. Mas a partir do momento que o Estado emerge, esses espaços ganham novos significados, os territórios dos povos e comunidades tradicionais tornam-se espaços vistos como demarcações políticas e a partir daí são estabelecidas outras relações de poder, que agora são hierárquicas, rompendo a construção do território a partir da reciprocidade dos elementos fundamentais dessa construção por parte dos sujeitos, nesse caso, os povos e comunidades tradicionais.

Ambos os conceitos, território e territorialidade, aplicados nos dos territórios já ocupados tradicionalmente, nos traz a reflexão, ainda, o conceito de territorialização como resultante desse processo. Em outras palavras, a territorialidade exerce o papel da identidade coletiva desses povos, uma identidade que gera a força para resistir a reapropriação dos seus territórios. O território, por sua vez, exerce o papel das relações de poder ali instituídas, no primeiro momento relações não necessariamente hierárquicas e harmoniosas entre si, e posteriormente uma relação de poder político com o surgimento do Estado e sua influência na demarcação e gestão desses territórios. Por fim, a territorialização se dá pelo processo de luta e mobilização dos povos e comunidades tradicionais pela fixação e reconhecimento de seus territórios frente ao Estado, é a resultante dessa luta que se tornou necessária dentro de um novo contexto político capitalista.

## Lutas e Mobilizações das comunidades tradicionais da Zona Costeira Sul do Rio de Janeiro

A Zona Costeira Sul do Estado do Rio de Janeiro caracteriza-se pela diversidade de povos e comunidades tradicionais, principalmente pela presença marcante dos povos indígenas, caiçaras e quilombolas, como é possível observar no mapa abaixo. Esses povos sofreram ao longo dos anos intensos processos de desterritorialização e reterritorialização causados pelo desenvolvimento desigual do capital. A região citada recebeu grandes investimentos a serviço do sistema capitalista imoderado nas últimas décadas, como é o caso do avanço do turismo, os grandes empreendimentos e a construção da grande rodovia a BR – 101, chamada Rio-Santos.



**Mapa 01: Mapeamento das comunidades e povos tradicionais da zona costeira Sul do Rio de Janeiro. Fonte: < <http://otss.org.br/mapas/>>**

Marcondes (2017) elucida a história dos povos e comunidades tradicionais dessa localidade, ressaltando que esse era um ponto estratégico no período colonial de exploração, tanto como escoamento para o interior do país quanto para exportação à Europa. O Litoral Sul do Rio de Janeiro foi palco de intensa exploração e ciclos econômicos que se davam em decorrência dessa dinâmica desigual da economia europeia. Tal atividade promovia um adensamento populacional na(s) região(ões) específicas que estavam sendo exploradas, mas quando determinada(s) região(ões) ficavam escassas de recursos a serem explorados ou perdiam sua importância econômica de alguma forma, eram abandonadas, permanecendo



apenas, pequenos grupos que recomeçavam seu modo de vida em uma economia autoconsumista. A sobrevivência desses povos abandonados resultou em uma relação de maior dependência do recursos da terra. (MARCONDES, 2017)

Relatando um pouco da história de Paraty, Marcondes (2017), evidencia que

[...] os habitantes que se mantiveram em Paraty neste período não incorporaram o modo de vida e o modelo de desenvolvimento econômico da sociedade urbano industrial que vinha se desenvolvendo em outras regiões do país. Isso permitiu, então, que os ecossistemas locais se mantivessem bem conservados, assim como o centro histórico da cidade e sua arquitetura, e possibilitou também o desenvolvimento, do que hoje são chamados, de povos e comunidades tradicionais. (Marcondes, 2017, p.42)

Esses povos e comunidades tradicionais que remetem diretamente a questão da tradição, vale ressaltar, estão sujeitos a uma dinâmica de transformação no espaço em que estão inseridos. Marcondes (2017) defende essa ideia, referindo-se ao modo de viver desses povos e comunidades como um “movimento de reelaboração das formas culturais do passado” (Marcondes, 2017, p.44). Esses povos que vêm ao longo dos anos sendo excluídos e exterminados física e culturalmente, enfrentam até os dias atuais a luta pela fixação dos seus respectivos territórios, pelo reconhecimento de suas territorialidades, pela resistência e ressignificação de sua existência.

Entretanto, por meio de organizações como o Fórum de Comunidades Tradicionais, o qual atua em Angra dos Reis e Paraty, no caso do Rio de Janeiro, esses povos resistem e se recriam e carregam consigo as suas territorialidades que são ancestrais/milenares, e que estão diretamente relacionadas com os demais aspectos de seus territórios, a mata-atlântica, o mar, etc.

Marcondes (2017) afirma que “o surgimento e o desenvolvimento de movimentos sociais vinculados às classes subalternas são resultados e expressões das contradições sociopolíticas do desenvolvimento capitalista” (Marcondes, 2017, p.234). Concebemos, dessa forma, o FCT como uma das mais importantes expressões de luta dos povos e comunidades tradicionais localizados em Angra dos Reis e Paraty, municípios base da presente pesquisa. Um mecanismo de luta dentro desse contexto de desenvolvimento contraditório do capital na região costeira sul do Rio de Janeiro que busca, dentre algumas reivindicações, principalmente a garantia dos seus territórios tradicionais. Marcondes (2017) refere-se ao FCT

de Angra, Paraty e Ubatuba como uma “organização horizontal que perpassa etnias e um importante instrumento para o fortalecimento e articulação desses povos” (Marcondes, 2017, p.236), apartidário e contendo a representação de mais de 20 comunidades. A autora traz ainda a apresentação do FCT através do relato do Ronaldo, um dos líderes do Quilombo do campinho da Independência, em Paraty. Dentre suas palavras estão:

O Fórum surgiu em 2007. Uma articulação dos caiçaras, quilombolas e guaranis da região de Angra, Paraty e Ubatuba. (...) E quem participa do fórum são as comunidades através das suas lideranças, ne? O Fórum, ele nasce num momento histórico coincidente ou convergente da criação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, cujo decreto é de fevereiro de 2007. O decreto cria também a Comissão Nacional de Povo e Comunidade Tradicionais, no qual eu tenho acento como quilombola (...) Foi o mesmo período histórico da criação do fórum.(...) Acontece um movimento no Brasil de ajuntamento dos povos e comunidades tradicionais em luta em alguns contextos muito anterior a 2007 e alguns contextos pós 2007, ne? No nosso, surge exatamente em 2007. Os povos e comunidades tradicionais, eles têm vias de regras os mesmos problemas, enfrentam os mesmo inimigos e a solução, os apontamentos para eles avançarem nas suas lutas são geralmente na mesma direção e, normalmente, eles se juntam no mesmo campo de luta. Por que em Paraty são esses três? Porque são esses três povos e comunidades tradicionais que nós conseguimos identificar, organizar. A gente sabe de outros povos e comunidades que têm no território, mas a relação, a articulação dos caiçaras, quilombolas e indígenas de alguma forma ela é muito antiga, ne? [...] (Ronaldo, líder do Quilombo do Campinho em Paraty)

Na fala de Ronaldo, apresentada por Marcondes (2017), está presente ainda um breve relato acerca dos conflitos enfrentados oriundos dos investimentos na região citados anteriormente:

O inimigo é o capital, ne? Em qualquer lugar onde esses conflitos estão instalados é contra, na verdade, é uma face do capital. Nós estamos numa região do país onde a grande pressão é sobre a especulação imobiliária,ne? Isso está associado a um modelo de turismo desenvolvido na região. Então, isso vai estourar diretamente sobre esses territórios. (...) Na medida em que a cidade vai se organizando, entre muitas aspás, as áreas nobres vai para esses grupos e as áreas menos nobres também sofre outros tipos de impacto, como consequência da mesma ação, ne? Mesma intervenção do capital, que é a divisão da cidade. Aqui é área nobre, aqui é favela, aqui é conjunto habitacional, condomínio de classe média baixa. Então, tem uma divisózinha na cidade, como qualquer cidade. E aqui é isso. Então, estoura sobre o território caiçara, estoura sobre o território quilombola, sobre o território guarani. E aí, vêm as maneiras de isso acontecer, por exemplo, é a ausência absoluta do Estado, não levando políticas de transporte público, de educação, de saúde, de segurança, de nada. Ai, aqueles grupos ficam vulneráveis e ficam mais suscetíveis, mais propensões a vendê-lo, praticamente, de dar seu território e ir embora para a periferia da cidade. (Ronaldo, líder do Quilombo do Campinho em Paraty)

O FCT reuniu lideranças de diferentes localidades que enfrentavam inúmeros problemas em comum, dentre eles a especulação imobiliária e ameaça a expropriação de seus territórios. Dessa forma, a articulação do FCT fortaleceu essas lideranças e conseqüentemente resultou em um movimento mais resistente desses povos e comunidades tradicionais. Loureiro (2015) afirma que a organização coletiva dos trabalhadores é uma forma de reação desse grupo social aos interesses das classes dominantes, pois através do coletivismo desses trabalhadores, surgem elementos de luta e reivindicações dos seus direitos. Portanto, é possível elucidar que o FCT exerce esse papel de fortalecimento desses movimentos sociais que, uma vez unidos, tendem a beneficiar-se no que diz respeito aos seus mecanismos de lutas e conquistas.

O FCT reconhece sua luta pelos seus territórios através principalmente de três vertentes: A luta nas ruas que diz respeito aos movimentos de ocupações, protestos, etc; a luta em espaços estratégicos que se restringe basicamente cadeiras em conselhos, consulta pública e afins; e as conquistas legislativas que são a aquisição de direitos em documentos, leis, dentre outros. O direito ao território nacional, a autonomia na participação sobre seus territórios, além da educação foram as principais lutas e conquistas travadas pelo FCT no decorrer da sua trajetória. (MARCONDES, 2017)

É por meio das lutas travadas por esses povos em todo o Brasil que hoje o Estado por meio de políticas vem reconhecendo os direitos desses povos, principalmente aqueles ligados ao seu modo de vida em seus territórios, como é o caso do Decreto 6.040 de 2007 já citado acima. Entretanto, esses povos entendem que a política não está dada, ela está em construção, principalmente quando se pensa em processos de territorialização que estão ligados diretamente a territórios em disputas como é o caso dos PCTs de Angra dos Reis e Paraty, recorte de nossa pesquisa. Diante disso, o FCT tem organizado demandas e bandeiras de luta na região que nos chama a atenção ao falarmos de território, como: educação diferenciada, agroecologia, questões ambientais, entre outras.

## **Considerações Finais**

É possível identificar o território dos povos e comunidades tradicionais em dois momentos históricos, o primeiro deles antes da emergência do Estado Nacional, onde as relações de poder tratavam-se restritamente das relações instituídas pela cultura de cada povo. Falamos aqui em relações harmônicas e um consentimento tradicional dessa estrutura de poder passado entre as gerações. Nesse momento o território já existia tanto através dessas relações de poder quanto através das demarcações físicas instituídas ao decorrer da história e das conquistas entre esses povos com eles próprios.

O segundo momento é identificado com o surgimento do Estado que impõe suas medidas de gestão e delimitações físicas que não necessariamente obedecem as demarcações já existentes dos povos e comunidades tradicionais. A partir daí a história política brasileira se desenvolve dentro de padrões capitalistas, o que implica em interesses hegemônicos que se sobrepõem a história desses povos e tentam até os dias atuais tirar deles a posse dos seus territórios. A territorialidade mostra-se presente nesses indivíduos sociais na medida em que resistem contra a apropriação dos seus territórios e lutam por seus direitos, além da valorização das suas respectivas culturas. A territorialidade torna-se, portanto, na prática, um instrumento de luta.

Cabe ressaltar que os conceitos norteadores da geografia como os conceitos abordados até o presente ponto nesse trabalho, são conceitos (re)formulados, por grandes nomes da Geografia que exercem influência até os dias atuais. Muitas são as gerações de pensadores e/ou geógrafos que dedicaram-se e ainda dedicam-se as discussões e reflexões acerca desse assunto. Todavia, antes do debate científico e teórico, é de extrema importância pensar que as implicações desses conceitos já são vividas pelos povos e comunidades tradicionais antes mesmo de qualquer sistematização científica.

A academia, por mais solidária que se mostre a causa dos povos e comunidades tradicionais, e além de qualquer ação benéfica que tenha levado a esses povos por meio do seu *academicismo*, não é capaz de conceber a essência concreta e total da vivência desses povos. A identidade cultural é algo particular desses indivíduos. Em outras palavras, são esses povos e comunidades tradicionais que nos ensinam desde suas origens, através de suas vivências, a essência e a verdade sobre os significados desses conceitos.

## Referências Bibliográficas

- BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007*. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) > Acesso em 2 de Maio de 2017.
- BECKER, K. B. Novas territorialidades da Amazônia: Desafio as políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. V 5, nº 1, p.17/23. Jan-Abril 2010 – Belém, PA.
- FTC. Boletim Fórum de Comunidades Tradicionais Ubatuba/Paraty/ Angra do Reis. Dezembro de 2015, 2ª ed. Disponível em < [https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/docs/boletim\\_fct\\_n2\\_dez2015\\_issuu](https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/docs/boletim_fct_n2_dez2015_issuu) > Acesso em 05 de Maio de 2017.
- HAESBAERT, R; BRUCE, C. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. In: *Revista Geo Graphia*, v.4, n.7, 2002
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antrpologia, 2002. Série Antropologia, n.322.
- LOUREIRO, C. F. B., 2015. Educação ambiental e epistemologia crítica. *Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental*, 32 (2): p. 159-176.
- MARCONDES, Vanessa. Educação para permanecer no território: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ. 2017. 374 f. Tese (Pós graduação em psicologia de comunidades e ecologia social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.
- OLIVEIRA, A, U. A Geografia nas lutas do campo: Conflitos e violência, Movimentos sociais e resistência, a “nova república” e a reforma agrária. São Paulo: Contexto, 1980. 2ª ed.
- RONALDO. Educação para permanecer no território: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty: depoimento.[2017]. Rio de Janeiro: Tese (Pós graduação em psicologia de comunidades e ecologia social). Entrevista concedida a Vanessa Marcondes.
- SAQUET, M, A. As relações de poder e os significados do conceito de território. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. P.27-37.
- \_\_\_\_\_ ; SPOSITO, E, S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 365 p.
- SOUZA, M, L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. FA Studio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

URQUIZA, A; NASCIMENTO, A. Povos Indígenas e as questões da territorialidade. In: URQUIZA, A,H, organizador. Culturas e Histórias dos Povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora UFMS, 2013. P. 53-71.